

A Linha dividida: Rep. VI 509d-511e.

O livro VI da *Republica* representa, na economia do diálogo, um momento de transição. Depois de ter provado que o governo dos filósofos é o melhor e que ele é realizável, dependendo, para isso, do consentimento popular e de dons naturais dos futuros governantes (*Rep.* 502c), Sócrates passa a investigar por quais estudos e por quais ocupações os naturais filosóficos deverão ser educados a fim de se habilitarem ao governo da cidade ideal:

Sócrates — *Muito bem! Já que chegamos, não sem dificuldade, a este resultado, precisamos tratar do que se segue, isto é, de que maneira, por quais estudos e por quais ocupações, formaremos os homens capazes de guardar e manter a constituição e em que idade devemos consagrá-los a isso.*

(*Rep.* 502d)

A passagem da *Linha dividida* (509d-511e) constitui justamente um dos 4 movimentos através dos quais Platão encaminha a investigação sobre o primeiro ponto: as ciências apropriadas à formação dos futuros governantes. Os outros são as igualmente célebres passagens da *Analogia do Sol* (507-509c) que a antecede, a *Alegoria da Caverna* que a sucede (514a-521b), já no *Livro VII*, e, por fim, a classificação e descrição das ciências propedêuticas ao estudo da dialética (521c-534e). Essas 4 passagens tratam, cada uma à sua maneira, do dualismo entre sensível e inteligível. Dualismo que as une estreitamente e que lhes serve de

estrutura comum na medida em que cada uma delas percorre essas duas esferas e mostra como elas são ou podem ser conhecidas.

A passagem da *Analogia do Sol* (507-509c) parte desse dualismo e mostra que, em cada um desses dois níveis (sensível e inteligível), a relação entre o objeto e a faculdade cognitiva deriva de um terceiro elemento que a funda (Sol / Idéia do Bem). Essa passagem já prefigura a subdivisão, que será levada a cabo na passagem da *Linha*, nesses dois níveis na medida em que cada um deles é iluminado ou não por esse terceiro termo. É assim que o olho pode apreender distintamente os objetos iluminados pela luz do sol; mas ele pode também, enfraquecido e como que cego, se fixar apenas nos objetos que a claridade dos astros noturnos torna discretamente visíveis. No que diz respeito à alma, ela pode tanto se dirigir aos inteligíveis (*νοητά*) iluminados pela verdade e pelo ser — que lhes concede o Bem — quanto empreender esforços inúteis para discernir *aquilo que está obscurecido*, a saber, o mundo do devir:

Sócrates: — Tu sabes, logicamente, que os olhos, quando contemplam objetos cujas cores não são iluminadas pela luz do dia, mas pela claridade dos astros noturnos, perdem a acuidade e parecem quase cegos, como se não fossem providos de visão clara.

Adimanto: — Sei-o muito bem.

Sócrates: — Mas, quando se voltam para objetos que o Sol ilumina (ὁ ἥλιος καταλάμπει), enxergam distintamente (σαφῶς) e mostram que são providos de visão clara.

Adimanto: — Sem dúvida.

Sócrates: — Concebe, portanto, que se dá o mesmo a respeito da alma. Quando ela fixa o olhar naquilo que a verdade (ἀλήθειά) e o ser (τὸ ὄν) iluminam, compreende-o (ἐνόησέν), conhece-o (ἔγνω) e mostra que é dotada de inteligência (νοῦν ἔχειν φαίνεται); mas, quando olha para aquilo que está obscurecido (τῷ σκότῳ κεκραμένον), para o que nasce (γιγνόμενον) e morre (ἀπολλύμενον), a sua vista fica embaçada, passa a ter apenas opiniões (δοξάζει), indo sem cessar de uma a outra e parece desprovida de inteligência (νοῦν οὐκ ἔχειν).

(508c-d)

A passagem da *Linha* aprofunda o que é dito na analogia do Sol, tanto em relação ao objeto quanto à faculdade de conhecimento. Retomando a distinção entre gênero visível e gênero invisível, ela subdivide um e outro e, a cada uma das quatro espécies assim obtidas, associa respectivamente quatro *παθήματα* na alma. Por fim ela ordena essas espécies pelo grau de claridade (ou obscuridade) na medida em que seus objetos se relacionam mais ou menos com a verdade:

Sócrates — Do mesmo modo, pega uma linha cortada em dois segmentos desiguais, representando um o gênero visível (ὀρωμένου γένους), o outro o

inteligível (νοουμένον), e corta de novo cada segmento respeitando a mesma proporção (ἀνά τὸν αὐτὸν λόγον); terá então, classificando as divisões obtidas conforme o seu grau relativo de clareza (σαφηνεῖαι) ou de obscuridade (ασαφείαι), no mundo visível, um primeiro segmento, o das imagens. Denomino imagens (εἰκόνας) primeiramente às sombras, depois os reflexos que se vêem nas águas ou na superfície dos corpos opacos, polidos e brilhantes, e a todas as representações semelhantes. Compreendes?

Glauco — Lógico que sim.

Sócrates — Considera agora que o segundo segmento corresponde aos objetos que essas imagens representam, ou seja, os animais que nos cercam, as plantas e todas as obras de arte.

Glauco — Estou considerando.

Sócrates — Concordas também em dizer que, no que concerne à verdade e ao seu contrário (ἀληθεία τε καὶ μῆ) a divisão foi feita de tal modo que a imagem está para o objeto que reproduz como a opinião está para a ciência (ὡς τὸ δοξαστὸν πρὸς τὸ γνωστόν, οὕτω ὁμοιωθὲν πρὸς τὸ ὦν ὁμοιώθη)?

Glauco — Concordo plenamente.

Sócrates — Vê agora como deve ser dividido o mundo inteligível (νοετοῦ).

Glauco — Como?

Sócrates — Na primeira parte desse segmento, a alma, utilizando as imagens dos objetos que no segmento precedente eram os originais, é obrigada a estabelecer suas análises partindo de hipóteses (ἐξ ὑποθέσεων), seguindo um caminho que a leva, não a um princípio (ἀρχήν), mas a conclusão (τελευτήν). No segundo segmento, a alma parte da hipótese (ἐξ ὑποθέσεως) para chegar ao princípio absoluto (ἀρχήν ἀνυπόθετον), sem lançar mão das imagens (εἰκόνας), como no caso anterior, e desenvolve a sua análise servindo-se unicamente das idéias (εἶδεσι).

Glauco — Não compreendo muito bem o que dizes.

Sócrates — Sem dúvida, compreenderás mais facilmente depois de ouvires o que vou dizer. Sabes, penso eu, que aqueles que se dedicam à geometria, à aritmética ou às outras ciências do mesmo gênero pressupõem (ὑποθέμενοι) o par e o ímpar, as figuras, três espécies de ângulos e outras coisas da mesma família para cada pesquisa diferente; que, tendo pressuposto essas coisas (ποιησάμενοι ὑποθέσεις αὐτά) como se as conhecessem (ὡς εἰδότες), não se dignam a dar a razão (λόγον διδόναι) delas nem a si próprios nem aos outros, considerando que elas são evidentes para todos; que, finalmente, a partir daí, deduzem o que se segue e acabam por alcançar, de forma conseqüente, a demonstração que tinham em vista.

Glauco — Sei isso perfeitamente.

Sócrates — Então, sabes também que eles utilizam figuras visíveis (ὄρωμένοις εἶδεσι) e raciocinam sobre elas pensando (διανοούμενοι) não nessas mesmas figuras, mas nos originais que elas reproduzem. Os seus raciocínios baseiam-se no quadrado em si mesmo (τοῦ τετραγώνου αὐτοῦ) e na diagonal em si mesma (διαμέτρου αὐτῆς), e não naquela diagonal que traçam; o mesmo vale para todas as outras figuras. Todas essas figuras que modelam ou desenham, que produzem sombras e os seus reflexos nas águas, eles se utilizam como tantas outras imagens, para tentar ver esses objetos em si mesmos, que, de outro modo, só podem ser percebidos pelo pensamento (διανοίαι).

Glauco — É verdade.

Sócrates — Eu afirmava que os objetos desse gênero pertencem à classe do inteligível (νοητὸν), mas que, para conseguir conhecê-los, a alma é obrigada a recorrer a hipóteses (ὑποθεσεσι), que ela não se encaminha em direção a um princípio (ἀρχήν), uma vez que não pode ir além dessas

hipóteses, servindo-se destas como de imagens dos mesmos objetos que produzem sombras no segmento inferior, e que, em relação a essas sombras, são tidos e considerados como claros (ἐναργέσι) e distintos (τετμημένους).

Glauco — Compreendo que o que dizes se refere à geometria e às ciências (τέχναις) da mesma natureza.

Sócrates — Percebes agora que entendo por segunda divisão do mundo inteligível (νοητοῦ) aquela que a razão (ὁ λόγος) alcança pelo poder da dialética (διαλέγεσθαι δυνάμει), considerando suas hipóteses (τὰς ὑποθέσεις) não princípios (οὐκ ἀρχάς) mas simples hipóteses, isto é, pontos de apoio para se elevar até o princípio universal (παντὸς ἀρχήν) que já não admite hipóteses (ἀνυποθέτου). Atingido esse princípio, ela se apega a todas as conseqüências que decorrem dele, até chegar à última conclusão, sem recorrer a nenhum dado sensível, mas somente às idéias (εἶδεσιν), pelas quais procede e às quais chega.

Glauco — Compreendo-te em parte, mas não satisfatoriamente, porque trata de um tema muito difícil. Queres estabelecer que o conhecimento do ser (ὄντος) e do inteligível (νοητοῦ), que é adquirido pela ciência da dialética (διαλέγεσθαι ἐπιστήμης), é mais claro (σαφέστερον) que aquele que é adquirido pelo que denominamos artes (τεχνῶν), as quais possuem hipóteses como princípios (ὑποθέσεις ἀρχαί). É certo que aqueles (οἱ θεώμενοι) que se consagram às artes são obrigados a utilizar o raciocínio (διανοίαι), e não os sentidos (αἰσθήσεσιν). No entanto, visto que nas suas investigações não apontam para um princípio (ἀρχήν), mas partem de hipóteses (ἐξ ὑποθέσεων), julgas que eles não têm a inteligência (νοῦν οὐκ ἴσχειν) dos objetos estudados, embora eles sejam inteligíveis (νοητῶν) quando apreendidas junto com um primeiro princípio. Parece-me que denominas conhecimento discursivo (διάνοιαν), e não inteligência (οὐ νοῦν), a geometria e outras ciências do mesmo gênero, considerando esse conhecimento (διάνοιαν) intermediário entre a opinião (δόξης) e a inteligência (νοῦ).

Sócrates — Compreendeste-me bastante bem. Aplica agora a estas quatro seções estes quatro estados (παθήματα) da alma: a inteligência (νόησιν) à seção mais elevada, o conhecimento discursivo (διάνοιαν) à segunda, a fé (πίστιν) à terceira, a imaginação (εἰκασίαν) à última; e dispõe-nas por ordem de clareza, partindo do princípio de que, quanto mais seus objetos participam da verdade (ἀληθείας), mais eles são claros (σαφήεις).

Glauco — Compreendo. Concordo contigo e adoto a ordem que tu sugeres.

(509d-511E)

A passagem da *Linha dividida* sempre suscitou inúmeras controvérsias não só quanto à sua correta interpretação filosófica, mas também no que diz respeito à sua correta estruturação geométrica. Um problema relativo ao estabelecimento do texto logo na primeira linha da passagem é crucial para a inteligibilidade da estrutura geométrica da *Linha* tal como ela é sugerida por Platão: ὥσπερ τοίνυν γραμμὴν δίχα τετμημένην λαβὼν **ἀνισα** τμήματα οὐ ὥσπερ τοίνυν γραμμὴν δίχα τετμημένην λαβὼν **ἴσα** τμήματα, isto é, a linha deve ser cortada em duas partes desiguais ou iguais?

A polêmica existe desde a Antigüidade. Iâmblico, por exemplo, lia *ἴσα τμήματα*; enquanto Proclus¹² e Plutarco¹³ (*Quaest. Plat.*) *ἀνισα*. Historicamente, a polêmica permaneceu com alguns comentadores¹⁴ seguindo a leitura de Iâmblico e outros, a de Proclus. Atualmente, entretanto, a questão parece definitivamente decidida em favor de *ἀνισα* e isso mais por razões de ordem matemática do que propriamente de ordem filosófica ou filológica¹⁵. Além do fato de ser encontrada na maioria dos bons manuscritos, enquanto *ἴσα* é encontrada em apenas em um (Vindob. 55F), de ter sido adotada por Proclus, um notável conhecedor da geometria grega, e da idéia de fundo segundo a qual os dois domínios do sensível e do inteligível sendo manifestadamente desiguais, devem ser representados por segmentos desiguais, a leitura *ἀνισα* é a única que torna inteligível a proporção estabelecida em seguida¹⁶: *corta de novo cada segmento “respeitando a mesma proporção”* (*ἀνὰ τὸν αὐτὸν λόγον*). Pois, se todos os segmentos são iguais, então não há sentido em tentar, em seguida, estabelecer as proporções entre eles que o texto sugere. Qual poderia ser o sentido de subdividir cada um dos dois primeiros segmentos “*respeitando a mesma proporção*”, se essa proporção é 1:1? A expressão *ἀνὰ τὸν αὐτὸν λόγον* é uma expressão técnica e indica que Platão, ao contrário, tinha a intenção clara de construir uma proporção, uma analogia. De modo que uma analogia do tipo 1:1=1:1, onde a igualdade geométrica de duas relações se reduz à igualdade aritmética de dois termos 1=1, não teria nenhum interesse para ele, uma vez que ela descaracteriza a função própria da analogia que é de pensar a igualdade de relações entre termos desiguais¹⁷.

¹² *Plat. Rep.*, I. p. 288 ed. Kroll.

¹³ Plutarco, *Moralia. Platonicae Quaestiones*, Ed. C. Hubert e H. Dexler, Bibl. Teubner, 1959, vol. VI, fasc. 1, p. 118 – 121.

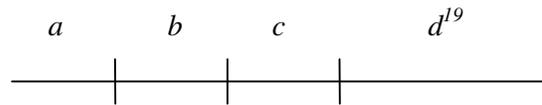
¹⁴ Notadamente Stallbaum e Ast. Outros, como Richter (*Fl. Jahrb.* 1867 p. 145) and Dümmler (*Antisth.* p. 80), lêem *ἀν'ἴσα*, o que não muda nada em relação ao sentido. *Apud Baccou op.cit.*, p. 448, n. 441.

¹⁵ Cf. Lafrance Yvon. *Platon et la géométrie: la construction de la ligne en République, 509d – 511e.* in *Dialogue*, Vol. XVI, n° 3 (1977). p. 435 e ss.; Robin, Leon. *Les Rapports de l'Être et de la Connaissance d'après Platon.* Paris, P.U.F 1957. p. 17 e Aubenque, Pierre. *De L'Égalité des Segments Intermédiaires das la Ligne de la République.* In SOPHIES MAIETORES. "Chercheurs de sagesse", Hommage à *Jean Pépin*, Collection des Études Augustiniennes. Série Antiquité 131, Paris (Institut d'Études Augustiniennes) 1992, XXXIV. p. 31 – 44.

¹⁶ E retomada no *Livro VII* 534a.

¹⁷ Os testemunhos de Architas (Diels-Kranz. *Die Fragmente der Vorsokratier*, Vol. 1, 47B2.) e de Euclides (*Elementos*, V, definição 8) são, nesse sentido, decisivos para o abandono da leitura *ἴσα τμήματα*. Segundo esses autores, toda proporção ou analogia é construída a partir de quatro

Entretanto, isso traz uma conseqüência que levou alguns comentadores¹⁸ a defender que é impossível construir a linha em conformidade com as indicações do fornecidas por Platão. Trata-se da propriedade geral que uma linha possui de, ao ser dividida segundo uma proporção e depois subdividida segundo a mesma proporção, ter seus dois segmentos intermediários iguais:



Segundo Platão, a linha deve ser construída de tal maneira que $alb = cld = a+b/c+d$, de onde se extrai necessariamente: $b = c$. A demonstração dessa propriedade é simples. De acordo com a teoria geral das proporções, segue-se de $alb = cld$, pela inversão dos termos médios, que $alc = b/d$; em seguida, pela adição dos numeradores e denominadores temos que $alc = b/d = a+b/c+d$; o que, em virtude da primeira igualdade estabelecida, $alb = cld = a+b/c+d$, leva ao seguinte resultado: $alc = b/d = alb = cld$, de onde se deduz imediatamente: $b = c$ ²⁰.

O problema é que essa igualdade entre os dois segmentos intermediários parece justamente ir contra a intenção inicial que era de estabelecer uma proporção entre segmentos desiguais. Das duas uma: ou bem dividimos duas vezes a linha segundo a mesma proporção, e se estabelece uma analogia, mas com os segmentos intermediários iguais; ou bem dividimos a linha em quatro segmentos desiguais, mas não estabelecemos a analogia indicada no texto²¹. Contra essa objeção, Aubenque²² argumenta, primeiro, que a menção, no texto, a “segmentos desiguais” se dirige apenas à primeira divisão e que nada é dito, nesse sentido, em relação à segunda divisão. Em segundo lugar, que a analogia instituída por Platão nessa passagem, onde os termos médios são iguais é, segundo a teoria geral das proporções que encontramos em Arquitas e Aristóteles, uma analogia *contínua*, no sentido em que o termo médio — em termos técnicos a

termos ou pelo menos três termos diferentes. Consequentemente, se todos os segmentos são iguais, eles não podem servir para estabelecer uma proporção ou analogia.

¹⁸ Em especial R. S. Brumbaugh, Plato's Divided Line, *Review of Metaphysics* 5, 1952, p. 529-534.

¹⁹ A linha está sendo representada aqui na horizontal meramente por razões de comodidade.

Veremos, mais adiante, que a representação mais adequada é a vertical.

²⁰ Esta é apenas uma entre as várias demonstrações possíveis. A demonstração apresentada segue a de Pierre Aubenque, op. cit. p. 37-38.

²¹ Cf. Brumbaugh, loc.cit.

²² ibid. loc. cit.

média proporcional — estabelece uma ligação ou uma mediação entre os termos extremos. Enquanto que uma analogia *descontínua* institui apenas uma igualdade relacional entre os domínios heterogêneos (*a* e *b* de um lado, e *c* e *d*, de outro), a média proporcional da analogia *contínua* tem como característica ser homogênea, ao mesmo tempo, ao termo inferior e ao termo superior que são ligados por uma mesma proporção.

Mas os problemas não param por aí. Uma vez acordada a leitura *άνισα τμήματα*, duas questões surgem imediatamente: devemos traçar uma linha vertical ou uma linha horizontal? Qual segmento da linha será maior em relação ao outro? No que se refere à primeira questão, a maioria das traduções e dos comentários parece não ver nela qualquer significação filosófica relevante e tendem a representar horizontalmente a linha apesar da orientação dada na conclusão da passagem (511d8), onde os quatro *παθήματα* da alma (*νόησις*, *διάνοια*, *πίστις* e *εἰκασία*) são associados diretamente aos quatro segmentos distinguidos na *Linha*, para que se coloque a *νόησις* no segmento mais “alto” (*άνώτατος*). Segundo Lafrance, que defende uma representação vertical da *Linha*, a classificação estabelecida por Platão não deve ser compreendida apenas em termos de mérito respectivo ou de valor entre os diferentes *παθήματα* da alma²³, mas, uma vez que Platão se refere explicitamente aos quatro segmentos da *Linha*, essa classificação exige uma correta representação no próprio gráfico geométrico da *Linha*. Ao relacionar a *νόησις* ao segmento “mais alto”, Platão, de acordo com Lafrance, estaria dando a direção da *Linha*: alto/baixo. Essa interpretação parece, inclusive, encontrar apoio no uso freqüente²⁴ que Platão faz da direção alto/baixo para se referir ao mundo sensível e ao mundo inteligível, o que não exclui, entretanto, a idéia de que os *παθήματα* recebem um valor correspondente a sua posição na *Linha*: o valor maior sendo representado pelo segmento mais alto porque seus objetos participariam mais da verdade (*ἀλήθεια*) e da clareza (*σαφήνεια*), mas, apenas, que a representação vertical da *Linha* foi algo desejado pelo próprio Platão.

²³ Como defende, por exemplo, James Adam, *The Republic of Plato*, 2ª Ed., Cambridge Univ. Press, 1965, II, p. 63-64.

²⁴ Lafrance lista 7 ocorrências no Livro VI e VII: 509c2; 511a6; 514b3; 515c6-7; 516e3-4; 517a5 e 517b4. op. cit. p. 436.

Quanto à segunda questão, o texto platônico, ao contrário, não nos dá nenhuma pista decisiva. Ambas as hipóteses — *ὄρατός γένος* (o) > *νοητός γένος* (n) e *νοητός γένος* (n) > *ὄρατός γένος* (o) — são igualmente possíveis. Plutarco, por exemplo, em seu *Platonicae Quaestiones*, elaborou uma série razões filosóficas em favor tanto de uma, quanto da outra hipótese²⁵, o mesmo acontecendo com Proclus²⁶. O critério utilizado por Plutarco e Proclus foi o da unidade e da multiplicidade. Em virtude desse critério, pode-se postular o > n por que as cópias do mundo sensível são mais numerosas do que seus respectivos modelos no mundo inteligível, ou ainda por que o mundo sensível tem o seu princípio na matéria indeterminada e, conseqüentemente, pode ser considerada como ilimitada, ou então por que o conhecimento das coisas sensíveis se realiza através de vários órgãos enquanto que o conhecimento do inteligível se realiza através de uma única faculdade, o intelecto. Em resumo, o mundo sensível, na medida em que é o domínio da multiplicidade, deve ser representado pelo segmento mais longo. Entretanto, o mesmo critério de unidade e multiplicidade pode ser usado para defender o < n. Podemos supor o segmento do inteligível como mais longo, como o faz Proclus, por que o conhecimento intelectual é mais universal que o conhecimento sensível, ou por que a realidade inteligível tem mais valor que a realidade sensível, ou ainda, que a realidade inteligível, na medida em que a realidade sensível *participa* dela, pode ser entendida como o que *contém* e que “o que contém” tem que ser maior do que o que é “contido”.

Os comentadores modernos, tais como Schneider, Steinhart e Adam, se apóiam em outro critério: o da *claridade* e da *obscuridade*. Apesar de esse critério corresponder mais adequadamente ao texto platônico²⁷, sugerindo uma luminosidade crescente da *Linha* que vai de baixo para o alto, ele tampouco resolve o problema. Nós ainda podemos perguntar se o segmento mais longo deve representar a parte mais obscura da *Linha* (o > n) ou se ele deve representar a parte mais clara (o < n) e, aqui, o texto platônico não nos dá nenhuma pista para

²⁵ loc. cit.

²⁶ loc. cit..

²⁷ “*Classificando as divisões obtidas conforme o seu grau relativo de clareza (σαφήνεια) ou de obscuridade (ασαφεία)*”(509d10-11); “*e dispõe-nas por ordem de clareza, partindo do princípio de que, quanto mais seus objetos participam da verdade (ἀληθείας), mais eles são claros (σαφήνειας)*” (511e 2-4)

decidir. Segundo Lafrace²⁸, Platão provavelmente considerou esse problema sem importância, uma vez que qualquer que seja a hipótese adotada, é sempre possível construir as proporções indicadas pelo texto. Se alguma das hipóteses deve ser privilegiada, que seja ($o > n$), não por razões filosóficas, mas por uma razão de ordem técnica: ela permite construir proporções geométricas de razão 2, enquanto que ($o < n$) nos obriga a construir proporções geométricas de razão $\frac{1}{2}$; e como é notório, os geômetras e matemáticos gregos privilegiavam os números inteiros²⁹.

A *Linha*, portanto, deve construída na vertical e dividida, segundo a mesma proporção, em quatro segmentos, onde dois deles, os intermediários, são iguais. A disposição dos domínios representados por esses segmentos são estabelecidos segundo um critério de *clareza* e *obscuridade* que sugere uma luminosidade crescente da *Linha* que vai de baixo para o alto.

Além das questões relativas à representação geométrica da *Linha*, existem outras questões relativas à própria exposição de Platão. Como já vimos, a passagem da *Linha* retoma a distinção entre o domínio do visível e o domínio do invisível estabelecida na passagem da *Analogia do Sol*, e subdivide um e outro em dois segmentos e, a cada uma das quatro espécies assim obtidas, associa respectivamente quatro *παθήματα* na alma, ordenando essas espécies pelo grau de clareza (ou obscuridade) que seus objetos possuem na medida em que participam mais ou menos à verdade. Num primeiro momento, somos levados a entender essas divisões como se Platão fizesse corresponder a cada segmento um tipo de coisa, e cada tipo de coisa uma apreensão cognitiva diferente. E no que diz respeito à parte referente ao sensível, essa interpretação parece se encaixar perfeitamente: Sócrates faz claramente uma distinção entre as coisas sensíveis propriamente ditas (animais, plantas, artefatos produzido pelo homem) e suas imagens (sombras e reflexos). As primeiras seriam objeto de fé (*πίστις*), as segundas, de conjecturas (*εἰκασία*). Entretanto, o mesmo parece não ocorrer no segmento do inteligível onde Sócrates não é claro se há diferença entre os objetos correspondentes a cada subsegmento. Tudo que é dito aí é que existe uma diferença nos procedimentos cognitivos envolvidos em cada um deles. Diante da dificuldade de Glauco para compreender a distinção aqui apresentada, Sócrates

²⁸ Op. cit. p. 437-438.

²⁹ Cf. BOYER, Carl B., *op. cit.* p. 67 e HEATH, Thomas L.: *op. cit.* 287.

ilustra o que foi dito associando diretamente a *διάνοια* ao modo de proceder da matemática e a *νόησις* ao da dialética e da filosofia. Tanto a matemática quanto a dialética trabalhavam com hipóteses com a diferença de que o dialético, ao contrário do matemático, toma suas hipóteses não como pontos de partida de uma dedução, mas no sentido inverso, e sem fazer uso dos sentidos, como degraus e pontos de apoio para remontar para além delas em direção, não mais a algo simplesmente postulado a título de hipótese, mas ao princípio mesmo de tudo, o princípio não-hipotético (*ἀρχὴν ἀνυπόθετον*).

E aqui chegamos ao ponto que nos interessa. No próximo capítulo iremos investigar um pouco mais de perto esse modo de proceder dos matemáticos em relação às suas “hipóteses” e o que o distingue do modo de proceder dos dialéticos.